MOVIMENTOS SOCIAIS E AS POLÍTICAS DE DEMOCRATIZAÇÃO NO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: UMA ANÁLISE HISTÓRICA

Amanda Belão Cordiolli (PIC/UEM), Priscilla Borgonhoni Chagas (Orientadora), Tales Leon Biazão Sanches (Coorientador). E-mail: pbchagas@uem.br.

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Maringá, PR.

Área: Administração (6.02.00.00-6)
Subárea: Administração de Setores Específicos (6.02.03.00-5)

Palavras-chave: Ensino superior brasileiro; Movimentos sociais; Políticas de democratização do ensino superior.

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a atuação de movimentos sociais e estudantis nas lutas pela democratização da educação no Brasil, destacando sua contribuição para a ampliação do acesso ao ensino superior e para a construção de políticas públicas de inclusão educacional. Historicamente, o ensino superior brasileiro foi marcado por desigualdades sociais, raciais, regionais e de gênero, com acesso concentrado entre grupos socialmente privilegiados. Nesse contexto, movimentos como a União Nacional dos Estudantes (UNE), a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), o Movimento Negro Unificado (MNU) e organizações feministas participaram de diferentes momentos de mobilização em defesa da educação e da ampliação de direitos. A pesquisa possui abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, realizada por meio de revisão bibliográfica e análise documental de artigos científicos, legislações, documentos oficiais, registros históricos e dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Os resultados mostram que as mobilizações sociais contribuíram para colocar na agenda pública demandas que, posteriormente, estiveram relacionadas à criação de políticas como o Prouni, o Fies, o Reuni e a Lei de Cotas. Essas políticas contribuíram para ampliar o acesso e a presença de grupos historicamente excluídos no ensino superior. Apesar dos avanços, ainda permanecem dificuldades relacionadas à permanência, à conclusão dos cursos e às desigualdades sociais e regionais. Conclui-se que a democratização do ensino superior é um processo ainda em construção e que a participação dos movimentos sociais permanece importante para sua continuidade.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo analisar a atuação de movimentos sociais e estudantis nas lutas pela democratização do ensino superior, com ênfase em suas contribuições para a ampliação do acesso, a formulação de políticas públicas e a

redução das desigualdades educacionais. Historicamente, o ensino superior brasileiro foi marcado por desigualdades socioeconômicas, raciais, regionais e de gênero, associadas a uma estrutura elitista que restringiu o acesso, sobretudo às universidades públicas de maior prestígio. Com a redemocratização e a Constituição Federal de 1988, que reconheceu a educação como direito social fundamental (Brasil, 1988), movimentos como a UNE, o Movimento Negro Unificado (MNU) e organizações feministas ampliaram as demandas pela democratização do ensino superior. A partir dos anos 2000, políticas como o Prouni (Lei nº 11.096/2005), o FIES, o Reuni e, especialmente, a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012) contribuíram para ampliar a presença de estudantes de escolas públicas, negros, indígenas, pessoas com deficiência e de baixa renda nas instituições de ensino superior. Embora essas iniciativas tenham representado avanços na democratização do acesso, permanecem desafios relacionados à permanência, ao preconceito institucional e às condições estruturais das universidades (Theodoro; Quintal de Freitas, 2025). Nesse contexto, compreender a atuação dos movimentos sociais é fundamental para analisar a construção das políticas públicas e os avanços e limites da democratização da educação superior no Brasil.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental. Foram analisados artigos científicos, teses, dissertações, legislações, documentos oficiais e relatórios do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), além de publicações e registros históricos produzidos por movimentos sociais. O estudo adota perspectiva histórica, considerando a trajetória dos movimentos sociais desde o início do século XX, com ênfase no período posterior à redemocratização. Para a análise das políticas públicas e dos indicadores de acesso ao ensino superior, foram considerados dados referentes ao período de 2005 a 2025. Também foram analisados documentos oficiais como a Lei de Cotas, o Prouni, dados do Censo da Educação Superior e Relatórios do INEP. Foram analisados movimentos sociais como a UNE, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, a UBES, o Movimento Negro Unificado, as Diretas Já, os Caras-Pintadas e a Primavera Secundarista, considerando suas principais reivindicações e repercussões sobre a democratização da educação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise histórica evidencia que a democratização do ensino superior brasileiro resulta de um processo contínuo de mobilização social. Desde a criação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, em 1922, passando pela organização do movimento estudantil com a UNE, em 1937, e pela atuação da UBES, em 1948, diferentes grupos reivindicaram educação pública, participação política, melhores condições de acesso e permanência e democratização das instituições (Gomes, 2020; Bittar; Bittar, 2012). Essas mobilizações ganharam força

durante a redemocratização, com a participação estudantil nas Diretas Já, na campanha “Se Liga, 16” e no movimento dos Caras-Pintadas. Paralelamente, o Movimento Negro Unificado, criado em 1978, e movimentos feministas ampliaram o debate ao incorporar as dimensões racial e de gênero às desigualdades educacionais, contribuindo para a construção de políticas de igualdade racial e ações afirmativas, como as Leis nº 10.639/2003 e nº 12.711/2012 (Paiva, 2015). Mais recentemente, a Primavera Secundarista, entre 2015 e 2016, demonstrou a continuidade da mobilização estudantil em defesa da educação pública, por meio de ocupações que também constituíram espaços de participação, autogestão e formação política (Gohn, 2017). Os resultados indicam que essas mobilizações contribuíram gradualmente para a construção de uma agenda pública de democratização educacional, especialmente a partir dos anos 2000. Entre os avanços, destacam-se a expansão e interiorização da rede federal, que alcançou 960 municípios em 2023, e a ampliação das políticas de reserva de vagas, beneficiando 38,8% dos ingressantes na rede federal naquele ano (BRASIL, 2024). A proximidade das taxas de conclusão entre cotistas e não cotistas reforça a efetividade das ações afirmativas na ampliação do acesso ao ensino superior, sem prejuízo do desempenho acadêmico. No setor privado, Prouni e Fies também contribuíram para o acesso de estudantes de baixa renda, apresentando taxas de conclusão superiores às dos estudantes que não utilizam esses incentivos (BRASIL, 2024). Apesar desses avanços, a democratização não se restringe ao ingresso: permanência, assistência estudantil, desigualdades socioeconômicas e regionais e preconceitos institucionais ainda constituem obstáculos à efetivação do direito à educação superior (Theodoro; Quintal de Freitas, 2025). Assim, evidencia-se uma relação histórica entre mobilização social e formulação de políticas públicas, na qual movimentos estudantis, negros e feministas contribuíram para consolidar a educação como direito social e pressionar o Estado pela ampliação de mecanismos de inclusão.

CONCLUSÕES

A democratização do ensino superior brasileiro se apresenta como um processo ainda em construção que resulta da articulação entre mobilização social, disputas políticas e atuação do Estado. Movimentos estudantis, negros e feministas desempenharam papel fundamental ao questionar o caráter elitista e excludente do sistema educacional e transformar demandas por igualdade, participação e reconhecimento de direitos em pautas políticas e políticas públicas, contribuindo para avanços expressivos por meio de iniciativas como o Prouni, o Fies, o Reuni e a Lei de Cotas. Entretanto, a ampliação do acesso não significa a superação das desigualdades, uma vez que a efetivação do direito à educação superior também depende de condições de permanência, assistência estudantil, enfrentamento das discriminações, redução das desigualdades regionais e melhoria das condições socioeconômicas dos estudantes. Nesse sentido, os movimentos sociais permanecem relevantes tanto para a defesa das conquistas alcançadas quanto para a identificação e enfrentamento de novas formas de exclusão, reforçando a

necessidade de políticas de inclusão e permanência e de participação social na construção de uma universidade mais democrática, diversa e acessível.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Estadual de Maringá (UEM) pelo apoio acadêmico e institucional e a todos que contribuíram, direta ou indiretamente, para o desenvolvimento e a conclusão deste trabalho.

REFERÊNCIAS

BITTAR, M.; BITTAR, M. História da educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade. **Acta Scientiarum. Education,** Maringá, v. 34, n. 2, p. 157-168, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2023: resultados.** Brasília, DF: MEC: Inep, 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.** Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI. Brasília, DF: Presidência da República, 2005.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília, DF: Presidência da República, 2012.

GOHN, M. G. **Manifestações e protestos no Brasil:** correntes e contracorrentes na atualidade. São Paulo: Cortez, 2017.

PAIVA, A. R. Cidadania, reconhecimento e ação afirmativa no ensino superior. **Civitas: Revista de Ciências Sociais,** Porto Alegre, v. 15, n. 3, p. 531-551, 2015.

THEODORO, D.; QUINTAL DE FREITAS, M. F. Acesso e permanência no ensino superior público: o papel da assistência estudantil para estudantes cotistas. **RECIMA21 – Revista Científica Multidisciplinar,** v. 6, n. 5, 2025.